

EDUARDO BRITO

Regimento, o novo alvo

08 JUN 1990



De repente, as discussões a respeito de quem realmente detém a maioria no Legislativo, se o Governo ou a Oposição, deram lugar a outro debate, em torno da necessidade de se mudar — ou não

— o Regimento Comum do Congresso. Na realidade, as duas questões estão profundamente ligadas. Uma vitória no plenário pode depender mais do conhecimento que se tenha dos meandros do regimento do que da maioria dos votos.

E por isso que a liderança do Governo acaba de requerer à Mesa do Congresso que se emende uma série de dispositivos regimentais, em particular os que prevêem o voto de liderança. O ideal, inclusive, seria uma reformulação completa do regimento, pensa o comando governista. Há até um bom argumento para isso: tanto o regimento da Câmara quanto o do Senado sofreram uma reformulação após promulgada a nova Constituição, mas não o regimento comum, que define o andamento dos trabalhos conjuntos das duas Casas.

Foram as filigranas regimentais que tornaram vários dos embates previstos para as últimas semanas, no Congresso, algo de semelhante à batalha de Itararé, o maior combate que não houve da História do Brasil. Quando se imaginava que Governo e Oposição se enfrentariam, cada lado com as contas feitas e os olhos postos no painel eletrônico, acabava-se tudo em uma questão de ordem ou um pedido de verificação de **quorum**.

Seria ingenuidade imaginar que a Oposição conte com mais exegetas de regimentos do que o Governo. Tanto em um lado quanto em outro há especialistas nesse campo. É nele que o petista José Genoíno mostra experiência em guerrilha e que o governista Dado Coimbra exercita sua conhecida capacidade de prever resultados. Só que em um ponto específico o Governo perde sempre e, conseqüentemente, esse ponto constitui seu alvo maior.

É o voto de liderança, determinado pelo regimento em uma série de situações. Por essa fórmula, o líder de um partido vota em nome dos membros da bancada que estiverem presentes, sem que se tome o voto de cada um deles. Foi assim que o Governo se viu inferiorizado em algumas decisões essenciais, precisando retirar sua bancada para negar **quorum**.

O problema, aí, reside principalmente na bancada do PMDB na Câmara, a mais numerosa do Congresso. Embora mantendo sempre diálogo com o Governo, o líder Ibsen Pinheiro vota sistematicamente com a Oposição. No entanto, entre um terço e um quarto dos deputados peemedebistas está composto com o Governo, o que se tem demonstrado em votações nominais.

A liderança do Governo assegura que detém a maioria dos votos e que só as manobras regimentais a tem impedido de exercitá-la da maneira desejada. Nas duas votações mais importantes ocorridas desde a posse do presidente Collor, o escore é, porém, de um a um: o Governo venceu no caso da Medida Provisória nº 168 e perdeu, mais recentemente, na Medida nº 185. É possível aos líderes culparem a falta de mobilização pela derrota neste último caso.

Na verdade, nem Governo nem Oposição podem assegurar que contam com maioria. As bancadas ainda não foram suficientemente testadas e, mais importante, permanece um forte **time do muro** a desafiar qualquer tentativa de cálculo. Aliás, isso traz problemas legais que extrapolam o próprio regimento. A recém-promulgada lei que regulamenta o Conselho da República nele reserva lugares para os líderes da maioria e da minoria. Do jeito que está, será difícil saber quem é quem.

Enquanto isso, uma reforma no regimento pode amenizar alguns dos problemas do Governo. Só que, por definição, mudar o regimento, ou mesmo emenda, constitui processo demorado. Provavelmente tempo mais longo do que a vida restante da atual legislatura. E com o novo Congresso a situação possivelmente será outra.